

CAPA: O JEITO LUTERANO DE ATUAR COM OS PEQUENOS AGRICULTORES NO SUL DO BRASIL

Capa: the Lutheran way of dealing with small farmers in southern part of Brazil

Tarcísio VANDERLINDE¹

RESUMO

A idéia do Capa – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – é considerada como o sinal luterano de se envolver com a questão da terra: voz e presença da IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – na realidade agrícola brasileira, marcada por tanta injustiça na terra. A idéia se identifica com a formulação da identidade da Igreja Luterana no Brasil e preconiza, juntamente com os pequenos agricultores, num processo de libertação, a construção de uma “nova paisagem” no meio rural.

Palavras-chave:

IECLB, mediação, identidade, pequeno agricultor, Capa.

ABSTRACT

The idea of Capa - Small Farmer Support Center – is considered to be a Lutheran sign of getting involved by the land issue: the voice and presence of the IECLB – Evangelical Church of Lutheran Confession of Brazil – in the Brazilian agricultural reality, marked by so much injustice concerning the land issue. The idea reaches its identity with the formulation of the identity of The Lutheran Church of Brazil and, in a liberation process, it commends, along with the small farmers, the building of a “new landscape” in the rural areas.

Key-words:

IECLB, mediation, identity, small farmer, Capa.

¹ VANDERLINDE, Tarcísio. Geógrafo, Doutor em História social pela Universidade Federal Fluminense, atua no CECHEL – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. ebenezer@certto.com.br O artigo em pauta emerge de Tese de Doutorado defendida pelo autor com o título: *Entre dois Reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil*.

SOBRE AS ORIGENS DO CAPA

O Capa - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor caracteriza-se como organização não-governamental ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Juridicamente constitui um departamento da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura – Isaac/Capa, sendo reconhecida como entidade filantrópica.

O XIII Concílio Geral da IECLB, em 1982, tratou do tema “Terra de Deus – Terra para todos”. No documento final do concílio, o Capa é reconhecido como instrumento de apoio aos objetivos propostos, em sinal de compromisso da Igreja com a continuidade da proposta original, orientando-se sempre pela própria recomendação do Concílio Geral: “Todo o processo de conscientização, de sinais de apoio, reivindicações e propostas concretas deve ser marcado à luz do Evangelho, por um espírito de amor, diálogo e persistência luterana” (HISTÓRICO DO CAPA, 2003).

A organização objetiva principalmente promover a união dos agricultores familiares, visando à diversificação da produção e à comercialização, além de desenvolver tecnologias que preservem o meio ambiente. Visa, igualmente, na sua concepção, resgatar a consciência da função social da terra como produtora de alimentos saudáveis e abundantes para o povo, além de apoiar e lutar pelo desenvolvimento da saúde comunitária.

No ícone que representa o Capa, a cruz que aparece no símbolo da Igreja Luterana “transforma-se” numa cruz ecológica e lembra uma semente brotando, “ressuscitando”. É uma cruz viva que pode representar vida. O globo do qual “brota” a “nova cruz” ou uma “nova semente” assenta-se sobre o ícone de um livro que pode indicar os novos conhecimentos agroecológicos mediados pelo Capa mas que se adequam também aos ensinamentos de Lutero e ao que está escrito na Bíblia. A “nova cruz” do Capa pode ser entendida como um símbolo de libertação.

Considerando os efeitos da modernização agrícola, a exclusão dos pequenos agricultores e os efeitos nefastos às vezes provocados pelas migrações destes, o Capa, no início, foi relacionado a uma “agricultura libertadora”, que poderia viabilizar a permanência do agricultor em sua pequena propriedade. Ao ressaltar o significado místico da agricultura

libertadora, Hélio Musskopf retrata o contexto que legitima o surgimento da entidade:

Desde os tempos de Abraão, o povo migrava para a “terra prometida”, para Canaã. Ainda hoje, no Brasil, o povo continua migrando, talvez não pelas mesmas razões. O povo do sul já procurou os Estados do Paraná, do Mato Grosso e Território de Rondônia. Já migrou até para países vizinhos! Muitos tentaram voltar. Muitos morreram na peregrinação. Alguns se deram bem. Outros choram saudade da terra natal. Projetos de colonização levaram, e continuam levando, muitos de um lugar para outro. Desalojados pela construção de barragens, as pessoas marcham forçadas rumo às novas áreas. O capitalismo selvagem impõe técnicas e políticas agrícolas que acabam levando pequenos agricultores ao desespero, à miséria, à venda de suas terras para pagar dívidas acumuladas, à marginalização rumo às luzes artificiais das cidades ou aos acampamentos às margens das estradas, senão ao crime. Até quando o povo migrará “porque lhe falta o conhecimento” (Oséias 4.6)? (MUSSKOPF, 1982, p. 66).

A IECLB tem sua história marcada pela trajetória dos pequenos agricultores. No tempo presente, apesar do êxodo rural, ainda metade dos membros da Igreja vive em áreas rurais, enquanto que a realidade demográfica brasileira aponta para uma alta concentração da população em zonas urbanas. O processo de modernização da agricultura no país afetou profundamente a vida dos agricultores familiares. Uma forte intervenção do Estado por meio do crédito subsidiado para a adoção do novo padrão tecnológico, baseado nos insumos agroquímicos e na mecanização, rompeu a lógica da agricultura familiar, cuja trajetória foi de uso intensivo de mão-de-obra e diversificação de culturas agrícolas. A mudança de relações de produção também resultou em novas relações sociais. A lógica do mundo da colônia, de que quem trabalha progride, passou a não valer mais. Passou a progredir quem tivesse acesso ao crédito e condições de desenvolver uma agricultura de capital intensivo.²

Nos anos 80 do século passado, os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira eram evidentes. Houve concentração de terra, degradação do meio ambiente e aumento das diferenças sociais no campo. A colonização das áreas do Centro-Oeste-Norte do país, proposta pelos governos militares

² De acordo com o pastor sinodal Nilo Christmann, o princípio ético-histórico, de que é preciso trabalhar para ter direito ao pão de cada dia, precisa ser revisto em decorrência das profundas mudanças pelas quais a sociedade está passando. “O rolo compressor da modernidade avança sem se importar muito com os que vão sendo esmagados, ou seja, aqueles que não encontram mais espaço para viver dignamente a partir dos frutos de seu trabalho”(CHRISTMANN, 2003, p. 2).

como uma alternativa para a não-realização da reforma agrária no Sul, revelou-se como um “grande fracasso”. As cidades cresceram rapidamente, surgindo os grandes cinturões de favelas. O emprego urbano já não era mais um forte atrativo para o êxodo rural. O Capa emerge nesta circunstância e, desde a sua fundação, passa a desenvolver iniciativas para auxiliar os agricultores diante do contexto de exclusão no campo que se foi instalando (HISTÓRICO DO CAPA, 2003, p. 18-19).

Além de buscar, juntamente com os agricultores, o “conhecimento que liberta” e permitir que o agricultor permaneça em sua pequena propriedade, o Capa surge com o objetivo de empenhar-se em apoiar e estimular o sindicalismo e desenvolver políticas no sentido de reduzir o êxodo rural, em especial o dos jovens. Segundo Arzemiro Hoffman, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ao longo de sua existência, vem demonstrando sua eficácia na construção da cidadania no meio rural. A consulta às fontes indica que os resultados alcançados pela entidade se viabilizam, pela via técnica e comunitária. Afirma o pastor que “a construção cidadã de pequenos agricultores exigiu sempre um esforço pedagógico de perceber o lugar vivencial onde o grupo se encontra (seu hábitat, seus costumes, suas referências...) para, a partir daí, construir alternativas viáveis para sua sobrevivência econômica e social” (HISTÓRICO DO CAPA, 2000, p. 1).

É possível concluir que o propósito do Capa, como uma entidade não-governamental, vincula-se aos interesses da IECLB em relação mediata, porém não exclusiva, com os evangélico-luteranos.

O Capa, como entidade mediadora da IECLB, envolve-se com a idéia de que é possível construir uma nova paisagem no meio rural. Uma paisagem que inclua a inserção responsável do homem sem necessariamente deteriorar o ambiente onde ele está inserido. Uma tarefa que não é considerada fácil e exige considerável esforço e sabedoria de todos os envolvidos na empreitada. A idéia parte da constatação de que a *revolução verde* não resolveu qualitativamente o problema alimentar, além de deteriorar significativamente o meio ambiente com a introdução maciça dos chamados agrotóxicos. As conseqüências disto foram as mais perversas possíveis, fazendo os agricul-

tores abandonarem práticas saudáveis de uso do solo em busca do lucro rápido. Este pode ser considerado o cenário em que atua o Capa. Além de estimular a desintoxicação da terra, preocupa-se também em “reeducar” o agricultor no sentido de não apenas garantir sobrevivência a ele e à sua família, mas também proporcionar mais saúde a produtores e consumidores. Esta pode ser entendida como a “nova paisagem” preconizada pelo Capa. Uma paisagem em que se possibilita a reconstrução de um ambiente saudável para todos.

A origem do Capa está diretamente ligada à história da IECLB cuja trajetória acompanha o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as “colônias velhas”, ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824, na região do Vale dos Sinos. Com a expansão da fronteira agrícola e o deslocamento de colonos para outras regiões do Estado/País, a IECLB também foi ampliando sua área de intervenção. Primeiramente em direção às “novas colônias” e, mais tarde, para o noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, para onde foram “empurrados” os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do sul se impunham como uma barreira intransponível a impedir que a nova corrente migratória para lá se dirigisse.

Na conferência dos pastores regionais realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978, é criado o Capa, iniciando as suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa/RS, atuando numa área que inicialmente abrangia 112 municípios do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. O Capa, em suas diferentes fases, foi financiado por entidades da Alemanha. Atualmente, o Capa é financiado pela Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento – EZE/EED.³ Apurou-se que os recursos, destinam-se à formação de um fundo rotativo destinado a pequenos empréstimos aos agricultores familiares, fundos que seriam ressarcidos posteriormente em produtos agrícolas. Além disso, os recursos são destinados à manutenção e operacionalização técnica e administrativa da entidade.

Constatou-se que há uma preocupação, por parte da entidade, em torná-la menos dependente de recursos

³ Evangelische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe e.V. (Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento). Trata-se de ONG fundada em julho de 1962 na Alemanha. Inicialmente formada apenas por fundos de igrejas evangélicas, recebeu posteriormente recursos públicos para viabilizar seu trabalho. A organização apóia o trabalho no campo do desenvolvimento realizado por igrejas e outras ONGs. A entidade coopera com parceiros em mais de 80 países da África, Ásia, América Latina e Caribe, freqüentemente por intermédio de Conselhos de Igrejas nacionais e regionais, e com a assistência de agências especializadas em desenvolvimento (Folder de divulgação da EZE, s. d.). Em 2001, juntamente com mais três outras organizações ligadas às igrejas evangélicas na Alemanha, se integraram à EDD (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento). A informação consta em correspondência da EDD endereçada ao Capa, núcleo de Marechal Cândido Rondon, PR, 11 de junho de 2001.

externos. Em carta encaminhada pela coordenação do Capa, núcleo de Marechal Cândido Rondon, PR ao secretário de agricultura do município, ficou explícito que mais de 90% dos recursos ainda são externos, provindos da solidariedade internacional, basicamente da EZE (SAAR, 2001).

Nos primeiros anos, as atividades do Capa ficaram limitadas à 3ª Região Eclesiástica da IECLB, região onde foi idealizado o projeto.⁴ A intenção, no entanto, era estender o trabalho a âmbito nacional, utilizando as estruturas existentes da IECLB. Atualmente o Capa conta com cinco núcleos de atuação no sul do Brasil: Marechal Cândido Rondon e Verê, no Paraná; Erechim, Santa Cruz do Sul e Pelotas no Rio Grande do Sul. O núcleo de Marechal Cândido Rondon atua no oeste Paranaense, enquanto que o de Verê atua no sudoeste do mesmo Estado. O núcleo de Erechim tem sua área de abrangência no norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. O núcleo de Santa Cruz do Sul tem sua abrangência na região central gaúcha, enquanto que o de Pelotas atua no sul daquele Estado. A concentração de sínodos⁵ no sul do país revela a região histórica da colonização alemã, onde ainda permanecem o maior número de famílias e predomina a pequena propriedade. É interessante observar que os 13 sínodos que se concentram no sul do país equivalem aproximadamente à área geográfica do Sínodo Brasil Central. Em dados estimados, os 13 sínodos contam com 232.550 famílias-membro, enquanto que o Sínodo Brasil Central conta com apenas 500 famílias. O número de famílias dos 5 sínodos restantes perfazem 17.800 famílias. Destaca-se o Sínodo Espírito Santo a Belém com 13.000 famílias. O número relativamente elevado de famílias-membro neste sínodo mais ao norte do país, deve-se à colonização luterana que aconteceu no Estado do Espírito Santo (SCHÜTZ, 1999, p. 75-77).⁶

A rede Capa de atendimento aos pequenos agricultores localiza-se no sul do país, onde há maior concentração de famílias e pequenas propriedades. De acordo com informações coletadas junto à coordenação do Capa do Município de Marechal Cândido Rondon, PR, talvez só em Rondônia e no Espírito Santo poderiam ser desenvolvidos serviços semelhantes ao que o Capa realiza no sul do país. Para Rondônia teria emigrado número razoável de pequenos agricultores luteranos do sul, e, quanto ao Espírito Santo, pela forma de

colonização de luteranos lá havida. Mencionou-se que no caso do Estado do Espírito Santo, este já possuiria trabalho similar ao que é realizado pelo Capa nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em seus cinco núcleos de atuação no sul do Brasil, o Capa atende hoje cerca de 4,5 mil famílias (JORNAL EVANGÉLICO LUTERANO, 2001, p. 1).

O Capa nasce com proposta alternativa de produção e consumo no mesmo momento em que explodem, na região, ao final dos anos 70, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais, ou seja, Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Sem-Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (NOVA PAISAGEM, 1998).

A proposta do Capa se fundamenta na disseminação de práticas alternativas, econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos “pacotes” da modernização e aos vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos.

Ao destacar 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho, Markus Brose ressalta que, no auge da expansão do pacote tecnológico da *revolução verde* no interior do estado, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB, passou a se preocupar cada vez mais com o crescente número de seus membros que se tornaram migrantes e deixavam as comunidades rurais, em especial aqueles que se dirigiam a Mato Grosso e Rondônia. Em meados dos anos 70, foi criado o Centro de Aconselhamento ao Migrante - Cami, que procurava assessorar estas famílias migrantes. No entanto, diante do vulto que o movimento de êxodo acabou tomando, a IECLB decidiu tentar atuar junto à origem do problema, já que a causa desta situação não estava nas famílias dos produtores, mas no modelo então vigente no campo (BROSE, 2000, p.169).

Cabe ressaltar que a entidade, em seu *modus operandi*, dá relevância à informação, que é feita de forma diversa, ou seja, nas reuniões, ou por meio de outros meios de comunicação. Neste caso, os panfletos explicativos e cartilhas são de uso corrente entre os associados.⁷ Sobre o informativo técnico-rural *Nova*

⁴ Coincide com o noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e oeste do Estado de Santa Catarina.

⁵ Refere-se à regionalização da IECLB, considerando o território nacional.

⁶ Conforme dados disponibilizados pela edição especial do *Jornal Evangélico Luterano* de outubro de 2002, a IECLB contava com 644.644 pessoas distribuídas em 1624 comunidades e 422 paróquias nos seus 18 sínodos.

⁷ Vale destacar, neste contexto, o desenvolvimento do projeto Terra Solidária, em curso no núcleo de Marechal Cândido Rondon, que visa possibilitar que os agricultores concluam o ensino básico por meio de módulos ministrados periodicamente. Entre outros objetivos, este projeto visa preparar agricultores como agentes de desenvolvimento rural.

Paisagem, registre-se que começou a ser publicado em dezembro de 1979. Em 1988, ainda como suplemento do Jornal Evangélico, atingia um público de 12.000 leitores. Registra-se, igualmente, o programa de rádio que era produzido pelo Centro de Produção da Material (CEM), gravado nos estúdios da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC) em São Leopoldo, transmitido por 20 emissoras, em espaços patrocinados por empresas comerciais locais.

De acordo com Vilmar Saar, o surgimento do núcleo do Capa no oeste do Paraná aconteceu em função de um esforço comunitário envolvendo membros e obreiros da IECLB, e, considerando que a região é de caráter predominantemente agrícola. Segundo Saar, o Capa faz um trabalho a partir de organização de grupos de pequenos agricultores, desenvolvendo paralelamente serviços técnicos de apoio à produção, comercialização, divulgação técnica e relações institucionais, onde a entidade busca as mais diversas formas de parcerias com outros órgãos e prefeituras. Questionado se o trabalho do Capa, surgindo sob a égide da IECLB, não estaria apenas voltado aos interesses dos agricultores luteranos, Vilmar esclarece tratar-se de um trabalho ecumênico, onde não há distinção de confessionalidade, muito embora a origem possa ser luterana, principalmente em se tratando dessa área de atuação, ou seja, a agricultura familiar. Vilmar informa que, em muitos lugares onde atua o Capa, este conta com apoio de lideranças que pertencem a outras denominações religiosas (SAAR, 2000).

No contexto do serviço pastoral luterano no campo, a criação do Capa e o estabelecimento de novas diretrizes pastorais a partir do ano de 1979 são saudados como um importante passo na mudança da posição da Igreja, evidentemente dentro de um processo antecedido por diversas discussões teológicas. Werner Fuchs⁸ se refere ao Capa como um bom exemplo de combinação entre assistência técnica e organização sociopolítica (SAUER, 1996, p. 128-129).

Entre os que se integram à entidade, é entendido que o Capa tem por missão contribuir ativamente na

promoção do desenvolvimento que proporcione vida digna a todas as pessoas, sendo que as suas ações estão centradas no fortalecimento da cooperação e organização da agricultura familiar para a produção agroecológica, utilizando metodologias de trabalho que valorizem a participação e o conhecimento local, associem a teoria com a prática e promovam a equidade das relações, autonomia e bem-estar das famílias. A estratégia de intervenção do Capa tem como elementos centrais: buscar a autonomia dos agricultores familiares; o fortalecimento da organização dos agricultores; o trabalho com grupos organizados para irradiar as ações; a construção de alianças e parcerias para potencializar as ações; considerar as diferentes perspectivas; de gênero e de geração; influenciar as políticas públicas rumo à agricultura sustentável, como componente do desenvolvimento sustentável; proporcionar espaços de formação e buscar elevar o nível educacional (escolarização); promover o protagonismo dos agricultores familiares”.⁹

O Capa, no seu objetivo de levar solidariedade e sustentabilidade ao agricultor familiar pela via da agroecologia, procura mostrar aos agricultores que por ela são apoiados que aquilo que se chama hoje de *agricultura convencional* é, na verdade, agricultura predatória, não sustentável e traz danos à saúde de homens e animais. Como foi possível constatar na investigação realizada, esta não é uma tarefa das mais fáceis. O trabalho do Capa foi definido por um dos seus técnicos como sendo uma gota d'água no oceano, tal a predominância, na área de sua atuação, da agricultura convencional, que é aquela que funciona a jusante das indústrias e do comércio de agrotóxicos. É possível imaginar aí uma luta de Davi contra Goliás, e que, a exemplo do relato bíblico, poderá ter igualmente um final feliz. Muitos dos agricultores que são assistidos pelo Capa podem ser considerados “sobreviventes” da *revolução verde* e vêm nessa entidade a possibilidade de reconstruir suas vidas com qualidade, enquanto agricultores familiares, à medida que, progressivamente, reconstróem a biodiversidade de suas pequenas propriedades.

⁸ Pastor militante no meio agrário luterano, é autor de vários artigos que relacionam a IECLB com sua função social no campo. Escreveu *Under tents of black plastic sheets or the agrarian question and the church: complicity and new challenges*. Paper presented at the bi-annual meeting of the Latin American and Caribbean committee of the National Council of Churches of Christ in the USA. Stony Point, NY, April 13, 1992. O pastor Fuchs, por meio da Comissão Pastoral da Terra, teve uma atuação relevante na luta pelos atingidos pela barragem de Itaipu no Paraná, no final dos anos 70 e início dos anos 80. Auxiliou os agricultores da região na fundação do Movimento Justiça e Terra. Em agosto de 2003, entre outras lideranças ligadas à CPT, organizou os “25 anos dos atingidos de Itaipu”. Tem participação ativa nas Romarias da Terra no Paraná. Na 18ª edição, que aconteceu na cidade de Guaíra no Paraná (31 de agosto de 2003), Werner Fuchs proferiu a mensagem principal do evento. No que se refere à militância de pastores, registre-se a atuação do pastor luterano Gernote Kirinus eleito deputado estadual pelo Paraná em 1978. Gernote se reelegeu por duas vezes. Lançando-se candidato a deputado federal, não consegue se eleger em 1990. Sua atuação se deu principalmente no oeste do Paraná, a partir no momento em que surge o Movimento Justiça e Terra.

⁹ Lembrado pela equipe coordenadora do Capa-Erexim,RS, ao responder a questionário sobre “Os dois reinos”, elaborado por este pesquisador. Erexim, abril, 2003.

A CONSTRUÇÃO DO SAGRADO NOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO

Um dos aspectos considerados relevantes nos processos de mediação refere-se à construção da mística ou do sagrado. A fundamentação religiosa dos discursos de mediação é entendida como uma força motivadora e propulsora das lutas dos agricultores.

Em entrevista concedida a este historiador, Sérgio Sauer comentou sobre as dificuldades que acompanham os processos de mediação na transição da “mística” para a “prática” nos assentamentos. Entre outros assuntos, considerou que ainda estaria para ser elaborada uma “teologia da terra” neste particular (SAUER, 2003).

A construção da mística faz parte do discurso de mediação em que se envolvem entidades religiosas, procurando motivar o agricultor nos objetivos que se pretendem alcançar. Trata-se de criar referenciais e visões de mundo, nos quais o sagrado indica um caminho viável a ser seguido. A mística é capaz de criar um encantamento na luta do agricultor e um historiador atento poderá identificá-la em muitos movimentos e momentos relacionados à história dos camponeses. O camponês tem uma religiosidade que nem sempre coincide com aquela que lhe chega mediada por entidades religiosas. Por meio de sua religiosidade, assim como nos “silêncios” e seus significados, o camponês também resiste e avança. É o contato com a natureza e a percepção da seqüência dos dias e estações que formulam uma experiência “espiritual” própria ao camponês. Este sentimento fundamentado numa concepção de vida pode entrar em sintonia com outros discursos mais “refinados” mediados pelos agentes religiosos.

José de Souza Martins, além de outros pesquisadores, estiveram atentos a este particular e registraram exemplos da formulação e da intenção que acompanha a construção da mística entre camponeses (MARTINS, 1994). É da compreensão de Pierre Bourdieu que o interesse religioso tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social. Neste caso, a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer o interesse religioso de um grupo determinado de leigos, e de exercer sobre ele o efeito propriamente simbólico de mobilização, é aquela que lhe fornece um sistema de justificação das propriedades que estão objetivamente associadas ao grupo na medida em que ocupa uma determinada posição na estrutura social (BOURDIEU, 1987, p. 51).

Ao desenvolver sua tese sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais,

Davi Felix Schreiner analisa a construção da mística por meio da mediação. Informa o autor que, subordinados nos processos de expropriação, fragmentação e apropriação do território, pelo capital, os camponeses conseguem construir uma insurgência em muitos casos motivados por referenciais político-religiosos da Teologia da Libertação mediados pela CPT, que os levaram a traduzir seus próprios valores em movimentos que se caracterizaram como resistência transformadora com repercussões para além do espaço local (SCHREINER, 2002, p. 12-13).

A base para a construção da mística remete à “tradução” que a CNBB e a CPT fizeram a partir da denúncia do modelo de modernização excludente implantado durante o ciclo militar. De acordo com documentos da CNBB mencionados por Schreiner, expressões como “Terra para quem nela trabalha” e “A terra é uma dádiva de Deus”, passaram a ser incorporadas pela CPT e transmitidas em cantos, imagens, rituais, orações, cadernos de formação, material de apoio para reuniões nas CEBs e de preparação para as Romarias da Terra (SCHREINER, 2002, p. 169-170). A teologia da libertação, na ação mediadora da CPT, reatualiza os valores de uso da terra e, por meio da interpretação bíblica, deu legitimidade moral à mobilização dos trabalhadores sem terra ou com pouca terra que, fortalecidos pela idéia, passaram a realizar acampamentos e ocupações. Na visão de Schreiner, o acampamento é compreendido como um espaço e tempo de reencantamento, num processo de reconstrução que se faz a partir de valores ameaçados pela crise, mas que pode ultrapassar este sentido. Neste caso, o reencantamento na luta dá-se pela materialização de valores referidos à modernidade. Em seu estudo, o autor revela que a CPT teve papel hegemônico na elaboração deste amálgama, substrato para coesão interna necessária à ação coletiva direta dos agricultores (SCHREINER, 2002, p. 171-174).

Inspirado pelos escritos de Thompson, e, considerando o processo que provoca o encantamento, Schreiner chama ainda atenção para a criação dos símbolos mediadores como a bandeira, a cruz de cedro ou outros da cultura camponesa que, imbricados a elementos de ordem moral como honestidade, confiança e sacrifício, reforçam laços de solidariedade, transformando o cotidiano presente em potencialidade do futuro. Em decorrência, aparece uma cultura rebelde, que subverte ao reviver formas socioculturais tradicionais e ao mobilizar para a luta por meio da interpretação e significação que os camponeses conferem às próprias existências (SCHREINER, 2002, p. 181-182).

A partir de 1930, com as frentes pioneiras de colonização, logo que o grupo de migrantes se instalava,

construíam uma capela para cultos e missas. Schreiner enfatiza que a disposição geográfica das capelas representa a centralidade religiosa na vida da comunidade. Os ritos e símbolos religiosos, seus significados, importantes na vida cotidiana do acampamento para coesão, mobilização e fortalecimento da luta, foram recriados no assentamento numa perspectiva tradicional, tanto pelos assentados, quanto pela presença da Igreja (SCHREINER, 2002, p. 220). Não é difícil compreender que havia uma certa facilidade em construir o encantamento nos processos de luta pela terra a partir da “mística” que de certa forma constitui uma característica aparentemente inata à vida camponesa.

Em que pese a crítica de Martins, a criação da CPT pode ser considerada como um elemento mediador que deu um novo fôlego ao trabalho pastoral no meio rural, envolvendo inclusive outras igrejas, como foi o caso da IECLB. Numa reflexão compartilhada com Ivo Polleto, Cândido Grzybowski e Vitor Westhelle, Sérgio Sauer, destaca que, desde o princípio, estavam muito claros e explícitos a intencionalidade e o compromisso, por parte da CPT, de afirmar e lutar pela autonomia e pelo protagonismo dos próprios trabalhadores e trabalhadoras. A CPT procurou desenvolver sua atuação pastoral tendo em vista a valorização da autonomia dos movimentos sociais, o que resultou inclusive na articulação e organização do MST, postura esta, segundo o pesquisador, freqüentemente reafirmada e enfatizada pela CPT. Na prática, no entanto, essa postura acabou sendo marcada, às vezes, por um *basismo* simplista ou por um direcionamento político que ia além de uma simples assessoria ou apoio às lutas. Sauer qualifica a ação da CPT afirmando que a postura política de colaboração e reafirmação constante da autonomia dos movimentos sociais foi determinante para consolidar canais de expressão do protagonismo dos próprios trabalhadores e trabalhadoras. Afirma que a prática pastoral, partindo de demandas, lutas e perspectivas concretas dos trabalhadores acabou dando qualidade à mediação política e oportunidade para o crescimento das lutas no campo. Uma das dificuldades foi reduzir toda essa riqueza prática a uma concepção limitada da própria ação pastoral. Sauer reafirma que a freqüente reafirmação dessa concepção de serviço impediu um enriquecimento das reflexões e uma maior elaboração teórica sobre a prática. Segundo o autor, esta concepção de serviço impediu a definição clara de uma concepção de reforma agrária. A posição dominante nas formulações teóricas era de que, como entidade de apoio, não deveria formular tal projeto. Postura que não impediu que a CPT, assim como outras entidades de mediação, acabassem defendendo, no final dos anos

80, uma reforma agrária com cunho economicista e produtivista, argumento inclusive incluído na nova Constituição. Sauer observa que, apesar da postura e da resistência a formulações teóricas mais explícitas, o trabalho pastoral era baseado nos pressupostos bíblicos e teológicos da Teologia da Libertação e na Doutrina Social da Igreja Católica, os quais ofereciam um cabedal teórico, teológico e eclesial para fundamentar as ações práticas (SAUER, 2002, p. 163-167).

A questão da mediação religiosa é pertinente e, pela atualidade, está presente em muitos trabalhos. A formulação da exclusão de trabalhadores rurais, de sua não-cidadania ou de uma cidadania de segunda classe, traz consigo a necessidade da categoria mediação. A concepção hoje ultrapassa barreiras epistemológicas. Regina Reyes Novaes, contudo, alerta que é preciso atentar para o perigo de, ultrapassando a polissemia, chegar à banalização do uso da noção sem estabelecer um arcabouço teórico. O estudo dos assentamentos rurais pela sua diversidade de atores e instituições sociais envolvidas pode ser um locus privilegiado para fazer avançar a reflexão envolvendo a categoria (NOVAES, 1994, p. 177-183). Outras experiências de mediadores entre agricultores podem ser igualmente interessantes como ponto de partida para estudos que envolvam mediação. A inserção da IECLB nas questões do campo pode ser considerada um exemplo para esta discussão. Embora em diversos momentos essa Igreja, numa postura interconfessional, tenha desenvolvido trabalhos sociais com outras igrejas, mais notadamente com a católica, não quer dizer que ela não se tenha preocupado com a problemática e desenvolvido idéias e ações voltadas à problemática do campo.

A MEDIAÇÃO DO CAPA

O discurso mediador formulado pelo Capa representa interesses eclesiais da IECLB, e, embora aponte a construção de um novo saber numa óptica de mão dupla a partir dos mediadores e mediados, o processo apresenta suas resistências peculiares como já discutiu Delma Pessanha Neves (NEVES, 1997).

Ao pesquisar sobre a atuação do Capa, núcleo de Marechal Cândido Rondon no Paraná, detectou-se que agricultores tinham que, às vezes, dar um *passo para trás* no que tange à utilização de insumos agrícolas não permitidos na agroecologia. As dificuldades que os agricultores enfrentam em dedicar-se integralmente à agroecologia como base para sobrevivência é um outro problema detectado. Outra questão é o cerco físico e psicológico provocado pelos agricultores que continuam se dedicando à agricultura *convencional*, mas que acaba

gerando um efeito positivo de resistência e fortalecimento coletivo do grupo envolvido com a agroecologia. É possível concluir que esta é, sem dúvida, a situação que gera um discurso ideológico de resistência. Mais que isso, a opção dos agricultores mediados pelo Capa leva os agricultores a romperem com o sistema “convencional”, que passa a ser totalmente desqualificado diante da emergência do novo.¹⁰

A organização comunitária constitui uma das ações que são priorizadas pelo Capa, e é onde também ocorre resistência. A ação é desenvolvida com grupos e associações e se fundamenta na crença de que se trata de um trabalho inovador e participativo de uma ação que seja transformadora, promova autonomia e possa ser potencializada e multiplicada. Na opinião dos mediadores da entidade, este trabalho exige análise sociológica e proposta pedagógica e metodológica que promova e valorize a participação ativa e consciente. A entidade mediadora entende que o espírito individualista, muito presente entre agricultores tem como uma das causas principais o fracasso de inúmeras iniciativas comunitárias que, apesar das boas intenções e objetivos, não lograram êxito. Na visão do Capa, é por meio da organização comunitária, em especial das associações de agricultores familiares agroecológicos, que se torna possível construir espaços de discussão, elaboração e implementação de ações que possibilitam superar o individualismo. O individualismo é visto como uma atitude negativa dos agricultores que pode atrapalhar o desenvolvimento dos objetivos da entidade. A superação do individualismo, na visão do Capa, proporciona alternativas de organização que se revertem em mais renda e dignidade para os agricultores familiares. Esta postura também permite uma maior interferência nas políticas públicas, fazendo com que os poderes e órgãos públicos estejam voltados para a agricultura familiar (REVISTA DO CAPA, 2002, p. 11).

No que se refere às formas de resistência articuladas pelos mediados, Delma Pessanha Neves nos ensina a prestar atenção nas “querelas” que emanam num processo de mediação. Algo que, às vezes, só é possível de perceber após um largo período de observação numa pesquisa participante. Neste caso, as condições de pesquisa podem influir numa maior ou menor identificação deste particular. Como já vimos, o individualismo é apontado pela entidade mediadora como uma resistência que traz resultados negativos no

processo mediador, podendo inclusive comprometer o alcance dos objetivos propostos. Uma entrevista pode, às vezes, esconder formas de resistência subterrâneas, passíveis de serem identificadas apenas a partir de uma observação mais apurada. Quando o agricultor diz que, na aplicação da metodologia e das técnicas aprendidas na mediação do Capa, precisa dar um *passo para trás*, é porque pode estar se utilizando de algum expediente que é indicado pela entidade, porém por razões diversas não viável para o agricultor.

Na pesquisa realizada entre agricultores associados ao Capa – núcleo oeste do Paraná, se considerados apenas os depoimentos orais aqui destacados, foi possível perceber que a avaliação da entidade mediadora é, de maneira geral, positiva (VANDERLINDE, 2002). Se verificadas as dificuldades que os agricultores apresentaram para continuar viabilizando sua atividade, o Capa é considerado uma espécie de “tábua da salvação”. Na opinião de um agricultor entrevistado, que acompanhou a história do Capa no oeste do Paraná desde o início, talvez o trabalho desempenhado pela entidade mediadora não fosse suficiente como se queria, “pois sempre se sonha ter mais ajuda do que é possível”, numa alusão à estrutura de atendimento limitada da entidade (STOEF, 2000). O interesse em se dedicar à agroecologia é viabilizado tecnicamente pela ação mediadora do Capa (HEDEL, 2000). A deterioração da terra e as condições de saúde fazem com que o agricultor familiar se volte para a agroecologia. Porém, as condições favoráveis do mercado aos produtos agroecológicos é outro motivador no qual é percebida positivamente a inserção do Capa. O Capa é reconhecido como uma entidade que cria espaços para que os agricultores inclusive estudem, possibilitando a conclusão de cursos interrompidos em outros momentos (BOCK, 2000). A produção orgânica trouxe a condição de viabilizar as atividades na propriedade familiar. O Capa é visto, nas palavras de um agricultor, como um local de assistência técnica especializada e diferenciada que se adequa aos seus interesses, possibilitando-lhe saúde, uma vez que o afastou da manipulação de produtos químicos tóxicos ao organismo (KAISER, 2000). Mesmo que desenvolva a agroecologia em caráter experimental e não se dedique integralmente a ela, o trabalho do Capa é reconhecido como uma entidade mediadora que apresenta “muito conhecimento”, e que atende às expectativas do agricultor (BESEN, 2000).

¹⁰ Para maior aprofundamento Cf. NEVES, Delma Pessanha. O Desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.

A metodologia do Capa é explicada na óptica da própria entidade, a partir da idéia que “revela” o jeito de *fazer acontecer*. Como entidade que promove ou realiza uma atividade social, ela entende que deve caminhar “na frente para guiar, ao lado para animar” ou “atrás para impulsionar”. No entanto, ela mesma coloca estas proposições em questionamento ao remeter ao leitor a indagação sobre qual deveria ser o papel e postura de uma entidade que não possui fins em si mesma? Com esta indagação a entidade chama uma certa neutralidade ou imparcialidade sobre ela mesma na condução das ações entre os mediados. A entidade entende que realiza suas ações embasadas numa metodologia que parte da realidade dos agricultores, respeitando sua cultura e seus desejos. É propositiva, mas sempre parte do que eles possuem em termos de infra-estrutura, mão-de-obra e recursos financeiros, o que permite que as questões do que e como fazer são definidas conjuntamente com as famílias envolvidas (REVISTA DO CAPA, 2002, p. 7).

Chamam atenção aqui os aspectos contraditórios que envolvem os processos de mediação em que mediadores e mediados partem em busca de um novo saber. Ao mesmo tempo que é desqualificado o individualismo do agricultor, “lugar” onde podem estar escondidos aspectos de sua cultura, afirma-se que as proposições partem dos mediados, havendo respeito às peculiaridades do grupo, como cultura e desejos, por exemplo. A forma de relação entre mediados e mediadores, além de subjetiva, caracteriza-se como estruturalmente contraditória, indicando um processo que deve ser constantemente gerido, uma vez que não pode ser superado plenamente. A aceitação do discurso mediador do Capa não garante que os mediados, e mesmo os mediadores, não lidem com reinterpretações e reapropriações diversas. No discurso da parceria que procura valorizar a cultura do agricultor, o conteúdo acaba sendo valorizado conforme os momentos e contextos do processo. O que é indesejado no processo acaba sendo desqualificado. O processo é conduzido sempre tendo em mente o fortalecimento da nova identidade do grupo mediado.

É adequado lembrar que a ação dos mediadores não deve ser reduzida a uma intercessão ou a uma interligação. Ela só se produz por novas construções e modos de gestão das contradições derivadas da posição de intercessão. Daí a relação contraditória que se estabelece nos processos. Os mediadores não se encontram tão distanciados do processo para que se identifiquem apenas como elo de união de mundos diferenciados. Na “parceria”, inevitável às vezes de ser contornada, são os próprios mediadores que constroem as representações dos mundos sociais que pretendem

interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação. Significados diversos num processo contraditório de difícil superação vão-se ordenando para viabilizar o trabalho mediador. Neves lembra que na defesa dos interesses de suas instituições, mediadores podem desconhecer que uma prática política orientada por objetivos emancipatórios remonta a projetos de reordenação do mundo social construídos em outros contextos e mediante outros objetivos. De qualquer forma, a mediação do Capa se fundamenta numa concepção que ultrapassa a dimensão economicista do processo, não se resumindo a uma “teologia da contestação”, como também discutiu José de Souza Martins em outros contextos de mediação (MARTINS, 2000). Percebe-se aí também a crença de que a ação que se constrói entre mediadores e mediados pode criar as condições favoráveis para a transferência de ensinamentos e técnicas (numa perspectiva solidária) que, personificada num exercício de cidadania, conduza a uma prática social emancipatória, autônoma e antiexcludente. O trabalho mediador do Capa pode ser considerado pertinente, à medida que contribui no processo reflexivo para uma objetivação mais adequada e apreensível de novas forças “invisíveis” e “incompreensíveis” que interferem no mundo dos mediados e que, embora exteriores, acabam sendo consideradas imprescindíveis para a construção de um novo modo de vida.

O desencadeamento de ações da entidade a partir da realidade é entendido como um diferencial significativo relacionado a outras entidades congêneres. Busca-se assim atuar a partir da realidade das famílias em seus grupos, somando esforços e priorizando ações conjuntas e compartilhadas, a fim de que os resultados do trabalho possam ser multiplicados. Esse “jeito de fazer acontecer” é entendido pela entidade como algo que a diferencia da maioria das demais entidades que atuam com agricultura familiar. A organização na defesa do seu jeito de atuar conclui que a maioria das demais entidades tende a centrar suas ações em um só aspecto, enfocando só a organização, apenas a produção ou só objetivam a comercialização. Ações que, se desenvolvidas numa forma fragmentada, acabam não dando conta de toda a diversidade que constitui o universo da agricultura familiar. Trabalhar a agricultura familiar, nas suas diversas dimensões, visa à construção de sujeitos de um projeto alternativo de desenvolvimento rural. A entidade entende que suas ações contemplam a organização comunitária, a assessoria técnica à produção agroecológica e o apoio à comercialização. A busca de parcerias e do comprometimento de demais entidades sociais denuncia o propósito da ONG de atuar articuladamente. Ela indica, como uma questão central

de sua missão, comprometer os poderes públicos com um novo projeto de desenvolvimento da agricultura familiar, baseado na sustentabilidade e na solidariedade.

A assessoria técnica para a produção agroecológica é justificada pelo Capa como imprescindível entre as famílias de agricultores, tendo em vista os efeitos da agricultura *convencional*.¹¹ A entidade mediadora, no entanto, entende que sua ação vai além de uma mera assistência técnica. Neste caso, atua com uma visão integral das unidades produtivas, das propriedades e das próprias famílias. Respeitando-se as condições naturais e da família, é elaborado um plano de reconversão e de produção da propriedade e definido “o que fazer”. Na formação integral dos agricultores, o novo saber leva em conta a retomada da concepção do amor à “mãe-terra” e o despertar da consciência de que a terra retribui generosamente o cuidado que a ela for dedicado. A idéia da inconveniência da agricultura convencional é freqüentemente utilizada para valorizar a atividade agroecológica. A agroecologia surge como alternativa a um mundo intoxicado e doente e, mais do que produzir e preservar a natureza, constitui um “ato de responsabilidade cristã” (GIESEL, s.d.). O Capa entende que, diferentemente das práticas da agricultura convencional, nas quais geralmente se vendem “pacotes” prontos, na agroecologia é preciso construir processos produtivos e sociais. Na defesa de sua proposta mediadora, o Capa salienta que não leva propostas prontas, mas analisa e planeja, juntamente com as famílias, o processo de produção. Todos os aspectos, incluindo limitações, fraquezas e potenciais, são analisados. O Capa se considera um parceiro cujo objetivo maior é construir um processo que leve à autonomia e à emancipação das famílias para que elas possam planejar, executar e monitorar o seu sistema de produção (REVISTA DO CAPA, 2002, p. 9).

A *construção de um outro saber*, objetivo perseguido nos processos de mediação pelos agentes, resulta de fato da relação dialética que ocorre entre estes e os mediados, indicando um processo que deve ser administrado constantemente, uma vez que apresenta dificuldade de superação plena. Porém, mesmo que se considere a mão dupla no processo de mediação, ele apresenta resistências peculiares, explícitas ou dissimuladas nem sempre

previstas no curso das atividades. A mediação do Capa pode ser inserida no processo de construção de uma *outra agricultura*, que se fundamenta mais em laços de solidariedade entre mediados e mediadores e na preservação do meio ambiente do que na economia de mercado. Neste caso, a mediação pressupõe uma prática que não pode apenas se pautar na suposta inocência das boas intenções e dos compromissos, mas que deve ser constantemente questionada ou colocada sob avaliação e reordenação, se de fato os objetivos a ela atribuídos são desejados e se, de fato, o horizonte vislumbrado é a construção de novas formas de cidadania e de participação social e política.

Os benefícios do progresso tecnológico não são descartados na construção da paisagem preconizada pelo Capa. Porém, o progresso é discutido qualitativamente. O que se observa é a busca de uma inserção responsável da técnica no uso do solo. Busca-se recuperar uma relação holística do homem com o meio, onde os campos de cultivo não sejam vistos apenas como *commodities* que flutuam unicamente em decorrência do perverso humor do mercado, mas como uma paisagem que possa ser sustentada por atitudes responsáveis entre o homem e a terra e desenvolvida por relações solidárias entre os protagonistas que comungam neste mesmo local seus ideais.

Parafraseando Milton Santos, pode-se dizer que muito se tem falado nos progressos da engenharia genética, que conduziriam a uma mutação do homem biológico, algo que ainda é do domínio da história da ciência e da técnica. Porém, pouco se fala das condições, também hoje presentes no meio rural, que podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e da paisagem onde esta se insere (SANTOS, 2000, p. 174).

Em sua atual trajetória de ações entre agricultores, o Capa parte para campos inéditos de atuação, como demonstra o projeto de apoio aos quilombolas no sul do Rio Grande do Sul. O projeto é desenvolvido pelo núcleo do Capa – Pelotas, daquele Estado. Este trabalho pode ser considerado como uma inédita perspectiva de trabalho dessa entidade mediadora, se considerada a história da IECLB.¹²

¹¹ Na visão da entidade mediadora e dos agricultores por ela assistidos, agricultura convencional é aquela que emergiu a revolução verde e se caracteriza pelo uso maciço de adubos químicos e agrotóxicos.

¹² Registre-se parceria recente entre Capa e Comin – Conselho de Missão entre os Índios, da IECLB. Por meio de parceria, o Capa passou a desenvolver apoio técnico para plantações entre 17 famílias de Mbya-Guaranis. A aldeia onde o Capa desenvolve seu trabalho situa-se em Coxilha do Sul, município de Barra do Ribeiro/RS (BUCHWEITZ, 2003, p. 72-78). Além do envolvimento com os índios, o Capa integra um conglomerado de entidades que objetivam implantar uma área de cultivos livre de agrotóxicos na região impactada pela hidrelétrica de Itaipu e pela modernização agrícola no Estado do Paraná. O Capa nasce no Rio Grande do Sul no mesmo ano em que explode a luta dos atingidos pela barragem de Itaipu. No tempo presente, em outra conjuntura, o Capa se torna parceiro da Empresa Binacional, juntamente com outras entidades que buscam com os agricultores, reconstruir, nas condições possíveis, a região impactada. Além de Itaipu, o projeto recebe apoio do governo estadual que, na resistência contra a disseminação de produtos geneticamente modificados, pretende tornar o Paraná uma área livre de transgênicos.

... Somos uma Igreja que afirma em seu nome e autodefinição ser uma Igreja de Jesus Cristo no Brasil. Com esta constatação assumimos que somos parte de uma sociedade multifacetada, multiétnica, multicultural e pluralista. A IECLB se define como uma Igreja que quer encarnar a realidade brasileira. Como seres humanos, não estamos dispensados de nosso estado de pecadores. Isto significa que nossas instituições também participam nos/dos males do mundo. Por isso destacamos o princípio luterano da *'ecclesia semper reformanda'* (a Igreja deve estar se reformando).¹³

CONCLUSÃO

A idéia que resultou na formação do Capa emergiu das discussões realizadas pela IECLB em relação à problemática da terra no Brasil. É talvez uma das discussões mais relevantes se considerada a busca da identidade dessa Igreja e a sua inserção na realidade social brasileira. A idéia do Capa não é descolada da discussão geral sobre reforma agrária, mas circula melhor na comunidade luterana por se identificar mais com a história da formação daquela Igreja no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BROSE, M. *Fortalecendo a democracia e desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Porto Alegre, editora?2000.

BUCHWEITZ, S. *O tempo compartilhado*. Porto Alegre: Gráfica Impresul, 2003.

CHRISTMANN, N. O suor do rosto e o pão de cada dia. *Partilha*, ago./set. 2003.

FOLDER de divulgação da EZE, s. d.

FUCHS, W. Under tents of black plastic sheets or de agrarian question and the church: complicity and new challenges. In: BI-ANNUAL MEETING OF THE LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN COMMITTEE OF THE NATIONAL COUNCIL OF CHURCHES OF CHRIST IN THE USA. 1992, Stony Point, NY, April 13.

GIESEL, I. M. et al. *Cultivando a vida*. s.d. (Livreto de apoio e divulgação do Capa produzido aos cuidados do núcleo de Erexim).

HISTÓRICO DO CAPA. Texto elaborado pelo Capa – sul, fev. 2003.

HISTÓRICO DO CAPA. Texto sem data cedido pelo Capa em agosto de 2000.

Ao final dos anos 70, A IECLB, por meio de seu conselho diretor, estabelece a reforma agrária como uma das suas prioridades de reflexão e ação. O Concílio da Terra aconteceu em 1982 e, entre outros assuntos, considerou-se pertinente a inserção da Igreja no assunto se consideradas as Sagradas Escrituras e os ensinamentos de Lutero. *A terra é de Deus*, e como tal mereceria atenção social e teológica devida. Mesmo antes do concílio, como também depois, o assunto voltou em pauta reiteradas vezes.

Na formulação do ideário do Capa, pouco se enfatizam termos como “invasão”, “ocupação”, “acampamentos” e “assentamentos”. Estas concepções relacionadas à reforma agrária dificultam a discussão sobre o assunto nas comunidades luteranas, o que não significa concluir que a Igreja só atue em movimentos que tenham a “cara” do Capa. Porém, mesmo com resistências internas, a Igreja tem avançado neste particular. Há que se ressaltar que, no jeito luterano de atuar, o Capa tem avançado em áreas de ação até bem pouco tempo não pensadas entre os luteranos, e não há como pensar isso a não ser como uma forma de avanço, apesar das resistências.

JORNAL EVANGÉLICO LUTERANO. Igreja e agricultura familiar, set. 2001.

MARTINS, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MUSSKOPF, H. Agricultura Libertadora. *Revista do CEM*, Porto Alegre, jan. 1982.

NEVES, D. P. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.

NOVA PAISAGEM. Edição Comemorativa, mar. 1998.

_____. Editorial, set. 1994.

NOVAES, R. R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L. et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.

PROJETO DE APOIO AOS QUILOMBOLAS NO SUL DO RS. Capa-sul, jan. 2003.

VANDERLINDE, T. Capa: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores...

REVISTA DO CAPA-PR. *Assessoria técnica à produção agroecológica*. Edição comemorativa, 2º sem. 2002.

SAAR, V. *Carta à Secretaria de Agricultura de Marechal Cândido Rondon*, 23 de abril de 2001.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.

SAUER, S. *Terra e modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra*. Brasília, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNB.

_____. *The land issue as a theological problem: the Roman Catholic and Lutheran Churches' social and political commitment to the struggle for land in Brasil*. (Thesis for the Master of Philosophy Degree in Theology) – School of Mission and Theology, Stavanger: 1996.

SCHREINER, D. F. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos*

assentamentos rurais – região sudoeste/oeste do Paraná. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

SCHÜTZ, W. G. K. *A caminhada de um século: documentário sobre IECLB em Carazinho – RS, Brasil*. Carazinho: Sanini, 1999.

VANDERLINDE, T. *Entre dois reinos: a inserção entre os pequenos agricultores no sul do Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

_____. *Estratégias de vida. Agricultura familiar e formas associativas: um estudo de caso – Capa – núcleo oeste*. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

ENTREVISTAS

BESEN, M. *Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde*. Marechal Cândido Rondon, 21 nov. 2000.

BOCK, R. *Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde*. Marechal Cândido Rondon, 22 nov. 2000.

HEDEL, L. V. *Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde*. Marechal Cândido Rondon, 24 de nov. 2000.

KAISER, L. *Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde*. Marechal Cândido Rondon, 22 nov. 2000.

SAAR, V. *Entrevista concedida ao quadro personalidade da semana*. Rádio Difusora do Paraná, 18 jun. 2000.

_____. *Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde*. Marechal Cândido Rondon, 6 fev. 2001.

SAUER, S. *Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde*. Marechal Cândido Rondon, 01 fev. 2003.

STOEF, B. *Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde*. Marechal Cândido Rondon, 24 nov. 2000.